

Título

Implantação da Política Municipal de Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo

Resumo

A partir do PNEDH, constatou-se que São Paulo não tinha uma política sistemática para o tema "Direitos Humanos e Cidadania" na maior Rede Municipal de Ensino Público do Brasil. A vocação do projeto esteve voltada para o combate às diversas formas de violências e para a valorização dos educadores.

Link da matéria ou do vídeo

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/edh/

Há quanto tempo a prática está em funcionamento?

A "Implantação da Política Municipal de Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo" foi uma prática iniciada em 2013. No período entre os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 a prática foi sendo desenvolvida e implantada, até o período de sua consolidação, em 2016. Ao longo de seu período de implantação, a prática humanística implicou as tarefas de contribuição para a criação da 1ª. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) da história da Cidade de São Paulo. A partir dela, foi possível construir a identidade, o escopo e as funções da 1ª. Coordenação de Educação em Direitos Humanos (CEDH) da Cidade, como

órgão público dedicado a desenvolver iniciativas sistemáticas de Educação em Direitos Humanos. Após o período de implantação (2013-2016), a política pública municipal se consolidou e permanente ativa, não tendo sofrido retrocessos, e se estabilizando nos anos subsequentes (2016-2021). Atualmente, a Coordenação de Educação em Direitos (CEDH) tornou-se Departamento de Educação em Direitos Humanos (DEDH). A prática persiste ativa, contabilizando-se um período de funcionamento de 09 anos.

(https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/edh/).

Qual a principal inovação da sua prática?

A implementação da Educação em Direitos Humanos (Direitos Humanos e Cidadania) na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, beneficiando servidore(a)s, estudantes e educadore(a)s. O projeto "Implantação da Política Municipal de Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo", para se tornar viável, teve de se desdobrar em 3 eixos de trabalho: 1) Educação; 2) Cultura; 3) Segurança Urbana. Ao dividir-se nestes 3 eixos, permitiu que os resultados concretos fossem se consolidando por campos de projeção da EDH beneficiando públicos-alvo diferentes da Cidade de São Paulo (profissionais da educação, estudantes e familiares; público aberto; guardas municipais; servidores públicos). Uma das inovações do Projeto "Implantação" foi a metodologia colegiada de atuação, ademais da sistematicidade das atividades, e de seu

enraizamento participativo nos territórios beneficiados. Também, deve-se ressaltar a replicabilidade da Prática Humanística como uma importante inovação. Mas, a principal inovação do Projeto 'Implantação?', e, também, o seu maior legado, foi a criação do Decreto no. 57.503/2016, que formaliza o compromisso da Cidade de São Paulo com 'Direitos Humanos e Cidadania?', com a edição do Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos. (<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/prefeitura-lanca-plano-municipal-de-educacao-em-direitos-humanos/>)

Explique o processo de implementação da prática:

O processo de implementação do projeto 'Implantação da Política Municipal de Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo?' envolveu dedicados anos de trabalho na SMDHC. O processo partiu do mapeamento das iniciativas já existentes, do Município e da sociedade civil, para que nada se perdesse ao longo das atividades. Algumas seriam fortalecidas, outras seriam descontinuadas, outras seriam estimuladas. A metodologia de trabalho foi caracterizada por compromisso intersecretarial, valendo-se de parcerias de ação com a sociedade civil, estruturadas em torno de grupos de trabalho e instâncias coletivas. Os espaços de construção das políticas municipais primaram pela lógica da gestão democrática, da participação em processos coletivos deliberativos e no envolvimento dos territórios para a implantação das

ações.

Quais os fatores de sucesso da prática?

Os resultados concretos do processo de "Implantação" podem ser analisados, de acordo com os Eixos: 1) Educação (6.265 educadore(a)s formados em atividades de EDH; criação do Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos; inclusão do tema Direitos Humanos no Plano Municipal de Educação de 2015; instituição de 04 Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDHs) nos CEU's; criação de 04 acervos de bibliotecas municipais com 5.400 livros em temas de direitos humanos nos CEDHs; realização de seminários municipais de EDH; produção e distribuição de 5.000 exemplares do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH; 1.000 exemplares do material "Respeitar é Preciso! Educação em Direitos humanos?"; 5.000 exemplares do livro "Sistematização de práticas da Educação Básica" (Paulo César Carbonari, org.); livro "Centros de Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo: territórios, Educação e Cidadania?"; 6.000 cópias dos DVDs Temáticos Entretodos); 2) Segurança Urbana (6.420 guardas civis capacitados em DH); 3) Cultura (criação do "Prêmio de Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns", tendo premiado Frei Betto; Luiza Erundina; Padre Jaime Crowe; implantação do curso de formação de servidores públicos municipais na

EMASP; coordenação e realização de 04 Festivais de Curtas-Metragens em Direitos Humanos ?

Entretodos). Ademais, os resultados desta experiência profissional podem servir como

paradigma para a replicação da experiência em outras Cidades. Por isso, os resultados deste

período puderam ser relatados, demonstrados e compilados através de 3 artigos científicos (1

nacional; 2 internacionais), publicados após o final do trabalho de ?Implantação?: 1) no Brasil,

na forma de capítulo de livro (?O Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos na

Cidade de São Paulo: a experiência de construção participativa do paradigma normativo de

Educação em Direitos Humanos para os Serviços Públicos Municipais da Cidade de São

Paulo?, in Ensino Jurídico no Brasil: 190 anos de história e desafios (PETRY, Alexandre

Torres, et alii, orgs.), Porto Alegre, OAB/ RS, 2017, ps. 383-429

(http://www.oabrs.org.br/arquivos/file_598e37ec8db3e.pdf); 2) no exterior, na forma de artigo

em revista especializada, na Noruega (?Art, Human Rights Activism and a Pedagogy of

Sensibility: the São Paulo Human Rights Short Films Festival ? Entretodos, in Human Rights

Education Review, Oslo, 3(1), 2020, ps. 69-90.

<https://humanrer.org/index.php/human/article/view/3743>); e, em Taiwan, na forma de artigo em

revista especializada (?The Municipal Human Rights Education Plan of São Paulo: the

Experience of Participative Formulation of a Normative Paradigm for Human Rights Education

for São Paulo?, in Taiwan Human Rights Journal, Translated by Norman Michael Rodi,

Revised by Edmund Ruden, Translated from English into Chinese by Louise Shih, Vol.4, No. 03, June 2018, Published by Fo-chuan Center for the Study of Human Rights, Soochow University, Taipei (Taiwan), ps. 25-40.<http://www.taiwanhrj.org/contents/292>).

Descreva resumidamente as etapas de funcionamento da prática:

As etapas de funcionamento de cada Eixo são específicas e obedecem a um calendário próprio:

1) Educação (o Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos é anual, lançado por edital público, permitindo que professores da Rede Pública se inscrevam para disputar as premiações, que fornecem certificado e valores em dinheiro, além de darem visibilidade às atividades das Escolas Públicas - vem sendo reeditado

(https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/edh/programas_e_projetos/premios_municipais/); 2) Segurança Urbana (a formação pelos cursos é contínua, e

ininterrupta, e faz parte das estratégias da SENASP de formação de guardas municipais); 3) Cultura (o "Prêmio de Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns" tornou-se uma celebração

anual da Cidade de São Paulo; o Festival de Curtas Metragens em Direitos Humanos - Festival

Entre todos - consolidou-se como uma das principais estratégias de disseminação de

áudio-visual e materiais de "Direitos Humanos e Cidadania" de caráter formativo para as

Escolas Municipais de São Paulo).

Quais as dificuldades encontradas?

As dificuldades para a ?Implantação da Política Municipal de Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo? foram muitas. Os problemas enfrentados para as atividades têm diversas naturezas e podem ser listados a seguir: a) a ausência de recursos orçamentários; b.) a instalação de forte crise econômica que veio a afetar o país, com cortes que afetaram a gestão dos projetos, em fase de implantação; c.) a crise política, que tornou todas as atividades mais difíceis de serem implantadas, com as manifestações de rua de 2015-2016; d) o crescimento exponencial de manifestação de atos de intolerância em face de questões de direitos humanos, ações e projetos; e.) os entraves burocráticos; f.) a resistência de certos(as) profissionais da educação, na assimilação das propostas dos projetos em processo de implantação; g.) as crises políticas instaladas entre gestores e executores dos projetos; h.) a falta de recursos humanos e funcionários suficientes para atender uma Cidade da escala de São Paulo; i.) a precariedade de certos serviços públicos municipais.

Infraestrutura:

Após a fase inicial do projeto ?Implantação? (2013-2016), atualmente, requer-se pouca infra-estrutura para a Política Municipal de Educação em Direitos Humanos da Cidade de São

Paulo ser executada, em termos de continuidade. Tudo se faz a partir de um gabinete de trabalho, na sede da Secretaria, em articulação com outras Secretarias. Os Centros de Educação em Direitos Humanos estão sediados nos CEU's da Cidade de São Paulo. Os Cursos de formação da Guarda Civil ocorrem no Centro de Formação da Guarda Civil. A formação de servidores públicos se dá na sede da Escola do Servidor Público Municipal.

Equipe:

As equipes variaram, ao longo do período 2013-2016, tendo em vista o fluxo contínuo de entrada e saída de servidores públicos contratados pela SMDHC. Na maior parte do período, as equipes de execução tiveram 1 Coordenador e 3 Assessores Especiais, atuando nas diversas tarefas requeridas para a implantação do projeto em sua inteireza.

Orçamento:

Não há orçamento fixo, e não há garantia de apoio permanente às políticas públicas municipais, que demandariam um investimento muito maior para serem ampliadas e aprimoradas. A fase mais complexa, em termos de gastos, foi a fase inicial de construção das etapas iniciais da ?Implantação?. Por isso, entre o período inicial de ?Implantação? e os dias atuais, alguns projetos foram descontinuados, e não há ampliação do acervo das Bibliotecas dos Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDH). Em termos de prioridades de cada gestão pública, há

variação na visão dos gestores, que alocam mais ou menos recursos, especialmente considerada a situação de cortes de recursos e de apoio a ações, políticas e projetos na área de Direitos Humanos, diante do cenário de crise econômico-política atual.

Qual é a função profissional da pessoa ou natureza dos serviços prestados pela instituição que está se inscrevendo?

O subscritor do projeto de "Implantação" é Professor Universitário. Atualmente, é Professor Associado da Faculdade de Direito da USP, instituição na qual atua como Docente há 20 anos, e como Pesquisador há 28 anos, tendo se especializado em Educação em Direitos Humanos, tema no qual atua há aproximadamente 15 anos. Foi Presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos (ANDHEP, 2009) e é, atualmente, Membro Fundador da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH, 2021), entidade civil sem fins lucrativos que atua com formação. À época do período de execução do Projeto "Implantação", o subscritor do Projeto foi Coordenador de Educação em Direitos Humanos, no período 2013-2016, tendo sido responsável pela iniciativa, idealização, planejamento e implantação da Coordenação e de suas políticas públicas. As suas equipes de trabalho, neste período, primaram pelo trabalho cooperativo e pelo espírito de construção coletiva eficiente em favor da cidadania. Após 2016, a Coordenação recebeu nova designação, tornando-se Departamento de Educação em Direitos Humanos, atualmente sob a direção de Renata Mie Garabedian.

